

07/04/2015

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S)	: ESTANISLAU DANTAS MONTENEGRO
ADV.(A/S)	: RENATO OLIVEIRA RAMOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. CRIME DE TORTURA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. ADVOGADO CONSTITUÍDO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO SENTENCIADO. ARTIGO 392, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DESNECESSIDADE. INTIMAÇÃO PARA CONTRARRAZÕES. CIÊNCIA DA SENTENÇA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. CONDENAÇÃO PENAL PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO CONDENADO COM ADVOGADO CONSTITUÍDO. DESNECESSIDADE. PADRONIZAÇÃO NA INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS. FALTA DE PEDIDO DE INTIMAÇÃO EXCLUSIVA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO.

1. A intimação de sentença absolutória se aperfeiçoa com a intimação do advogado constituído por publicação na imprensa oficial.

2. O vício da falta de publicação da sentença absolutória fica superado pela ulterior ciência do inteiro teor do *decisum* por defensor constituído, por ocasião da intimação para apresentação de contrarrazões ao apelo ministerial em que formulado pedido de manutenção da absolvição.

3. Sem a demonstração de prejuízo ao Recorrente, incide o princípio maior que rege o tema, segundo o qual, sem prejuízo, não se reconhece a nulidade (art. 563 do Código de Processo Penal).

4. A intimação das decisões dos Tribunais perfaz-se com a publicação na imprensa oficial quando houver defensor constituído, a teor do § 1º do art. 370 do Código de Processo Penal.

RHC 117752 / DF

5. O patrocínio da defesa por advogado de sindicato profissional não implica a necessidade de intimação pessoal do assistido, de todo inviável equipará-lo a defensor dativo, uma vez não nomeado pelo juízo, e sim constituído pelo próprio paciente.

6. Imperioso reconhecer a legitimidade dos atos de comunicação realizados em nome dos patronos com poderes substabelecidos à falta de pedido expresso em sentido diverso.

7. Recurso ordinário em *habeas corpus* ao qual se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Afirmou suspeição o Senhor Ministro Luiz Fux.

Brasília, 07 de abril de 2015.

Ministra Rosa Weber
Relatora

01/04/2014

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S)	: ESTANISLAU DANTAS MONTENEGRO
ADV.(A/S)	: RENATO OLIVEIRA RAMOS E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por Estanislau Dantas Montenegro contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que denegou a ordem no HC 220.138/DF.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios denunciou o Recorrente e coacusado pela suposta prática do crime de tortura (art. 1º, I, *a*, e §§ 4º e 5º, da Lei 9.455/1997), porquanto “no dia 08.12.2004, por volta das 09h30, no interior da 11ª DF-Núcleo Bandeirante, os denunciados com vontades livres e conscientes e união de desígnios, para o fim de obter confissão da vítima em relação ao furto de um aparelho celular e a quantia de R\$ 15,00 (quinze reais) em espécie, ocorrido no dia 05.12.2004, conforme ocorrência de fls. 11/12, constrangeu Silas de Araújo Galvão mediante violência consistente em desferir-lhes murros, tapas e golpes de cassetes de borracha e madeira na região dos pés e do corpo, causando-lhe sofrimento físico e mental, e ainda, conduziram-no, com o mesmo propósito a um matagal situado no Park Way, onde o asfixiaram com um saco plástico, ameaçaram-no e novamente o agrediram fisicamente, cujas lesões estão demonstradas pelas fotografias de fls. 25 e pelo Laurdo de Exame de Corpo de Delito – Lesões corporais de fl. 27”.

Absolvido pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília-DF, o Recorrente foi posteriormente condenado perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, no regime inicial fechado, sendo-lhe decretada, ainda, a perda do cargo público (Agente da Polícia Civil do Distrito Federal). Ato contínuo, o

RHC 117752 / DF

Tribunal de Justiça inadmitiu os recursos especial e extraordinário manejados.

Contra esse acórdão, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

“HABEAS CORPUS. CRIME DE TORTURA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO ACUSADO. INEXISTÊNCIA. CIÊNCIA AOS ADVOGADOS CONSTITUÍDOS. CONTRARRAZÕES AO APELO MINISTERIAL OFERTADAS PLEITEANDO A MANUTENÇÃO DA DECISÃO SINGULAR. PREJUÍZO INEXISTENTE. EIVA NÃO CONFIGURADA.

1. Consolidou-se no âmbito desta Corte Superior de Justiça o entendimento no sentido de que a intimação pessoal do acusado é indispensável apenas sobre o teor da sentença condenatória proferida no primeiro grau de jurisdição, obrigatoriedade que não se verifica com relação aos acórdãos proferidos pelos Tribunais pátrios, cuja publicidade de satisfaz com a publicação do seu teor na Imprensa Oficial em nome do defensor do acusado, ou mediante intimação pessoal, caso se trate de defensor público ou dativo.

2. A falta de intimação pessoal do acusado acerca da sentença absolutória não é causa de nulidade processual, mormente quando a defesa toma ciência inequívoca do seu teor e pugna pela sua manutenção nas contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministério Público.

3. Aplicação da regra contida no artigo 563 do Código de Processo Penal.

DEFESA EXERCIDA POR PROFISSIONAIS INDICADOS PELO SINDICATO DA CATEGORIA PROFISSIONAL DO PACIENTE. EQUIPARAÇÃO AOS ADVOGADOS DATIVOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. O fato da defesa ter sido exercida por advogados indicados pelo sindicato da categoria profissional não tem o condão de equipará-los aos defensores dativos, pois estes são nomeados em juízo quando o acusado declara que não possui patrono constituído, para que se

RHC 117752 / DF

garanta a indispensável defesa técnica.

2. Os patronos do paciente foram constituídos de acordo com a livre vontade deste, e exerceram os seus ofícios a contento, sustentando as teses que, dentro de uma infinidade de alegações possíveis, lhes pareciam mais condizentes com as necessidades defensivas.

PLURALIDADE DE ADVOGADOS CONSTITUÍDOS. EXCLUSIVIDADE DE INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO. ATOS COMUNICADOS A PROFISSIONAIS DIVERSOS. NULIDADE. INOCORRÊNCIA.

1. Embora as intimações acerca dos atos do processo tenham sido dirigidas, na sua maioria, ao advogado originariamente constituído, não acarreta nulidade a intimação feita a outro patrono com iguais poderes no exercício da defesa do paciente, mormente na ausência de notícia de eventual requerimento para que as intimações fossem realizadas apenas em nome de um deles.

SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. MAGISTRADO QUE SUGERE A DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO, MAS NÃO A OPERA EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO. CUNHO CONDENATÓRIO. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. O fato do magistrado singular ter sugerido que a conduta narrada na exordial não configuraria o delito de tortura, mas o de abuso de autoridade, por si só, não pode ser qualificado como um preceito condenatório, tendo em vista que não foi operada a desclassificação do delito, pois este último já teria sido alcançado pelo instituto da prescrição.

2. Trata-se de sentença exclusivamente absolutória, já que as causas de extinção da punibilidade dão ensejo até mesmo ao término prematuro da ação penal, nos termos do artigo 397, inciso IV, do Código de Processo Penal.

3. Ordem denegada”.

Neste recurso ordinário em *habeas corpus*, a Defesa insiste na tese da violação da ampla defesa e do contraditório dada a falta de intimação pessoal do Recorrente da sentença absolutória e do acórdão condenatório exarado pelo Tribunal de Justiça. Para reforçar essa tese, acrescenta o fato

RHC 117752 / DF

de que sua defesa era patrocinada por advogados de *“sindicato da categoria profissional”, “com os quais não possuía relação pessoal, menos ainda de confiança”, a qual reputou, ainda, “manifestamente deficiente”*.

Enfatiza a necessidade da intimação pessoal das sentenças, incluída a absolutória, porquanto presente o interesse recursal relativo aos efeitos civis daí eventualmente decorrentes.

Destaca sequer publicada, a sentença absolutória, na imprensa oficial e dela só haver tido ciência quando da intimação para contrarrazões à apelação ministerial, realizada em nome de advogado substabelecido. Aponta a irregularidade decorrente da falta de padronização das intimações, efetuadas que foram ora em nome do único advogado constituído, ora em nome dos advogados com poderes substabelecidos.

Requer, dessa forma, seja dado provimento ao recurso com o reconhecimento das nulidades apontadas, *“a fim de tornar insubsistente a certidão de trânsito lavrada sem que o Recorrente tivesse sido pessoalmente intimado da sentença de primeiro grau e/ou do acórdão condenatório, anulando-se, conseqüentemente, todos os atos posteriores, com a reabertura de prazo para possibilitar o manejo dos recursos pertinentes”*.

Apresentadas as contrarrazões.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Mario José Gisi, opina pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

01/04/2014

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752 DISTRITO FEDERAL

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente recurso ordinário em *habeas corpus* diz com a apontada ocorrência de cerceamento de defesa pela falta de intimação pessoal do Recorrente da sentença absolutória e, em sequência, do acórdão condenatório exarado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Um breve histórico dos fatos é oportuno.

O Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília-DF, em 06.4.2009, absolveu o Recorrente pela suposta prática do crime de tortura, tipificado no art. 1º, I, *a*, e §§ 4º e 5º, da Lei 9.455/1997.

Intimado pessoalmente em 15.4.2009, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios interpôs o recurso de apelação.

Em 06.5.2009, foi publicada a intimação para contrarrazões à apelação ministerial, em nome do Dr. Ronaldo Oliveira da Cunha Cavalcanti, apresentadas em 19.5.2009.

Certificado o trânsito em julgado para a Defesa em 20.5.2009.

A pauta de julgamento em que incluída a apelação criminal foi publicada no DJe de 02.10.2009, em nome do Dr. Jonas Filho Fontenele de Carvalho.

Em 13.10.2009, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios deu provimento à apelação ministerial e condenou o Recorrente, além de coacusado, pela prática do crime de tortura, tipificado no art. 1º, I, *a*, e §§ 4º e 5º, da Lei 9.455/1997, à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, no regime inicial fechado, decretando-lhe, ainda, a perda do cargo público.

O acórdão foi publicado no DJe de 18.11.2009.

Nessa mesma data, o Recorrente formulou pedido para que as futuras intimações fossem realizadas em nome do Dr. Wilton Leonardo Marinho Ribeiro, a quem o Dr. Jonas Filho Fontenele de Carvalho teria

RHC 117752 / DF

substabelecido poderes, em 05.11.2009. Após, o Dr. Wilton substabeleceu poderes ao Dr. Artur Martinez Starling.

Manejados, então, recursos especial e extraordinário, subscritos pelo Dr. Wilton Leonardo Marinho, os quais foram inadmitidos pelo Tribunal de origem.

Concomitantemente, impetrado *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça.

O cerne da controvérsia consiste em averiguar apontada nulidade processual por falta de intimação pessoal do Recorrente da sentença absolutória e do acórdão condenatório, em especial porque sua defesa era patrocinada por advogado de sindicato da categoria profissional.

Acerca do tema, colho excertos do *habeas corpus* impetrado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

“No dia 06/04/2009, certificou-se que a sentença de fls. 237/247 (fls.62/66 destes autos) foi publicada em cartório (fl. 67). A publicidade desse ato em cartório propiciou, indubitavelmente, seu conhecimento a qualquer interessado inclusive aos réus e seus advogados, no caso de comparecimento espontâneo na serventia do juízo.

A defesa dos réus absolvidos foi intimada para apresentar contrarrazões à apelação interposta pela acusação (na forma do artigo 600, do Código de Processo Penal), consoante certidão de publicação de pauta de fl. 86, na pessoa do advogado Ronaldo Oliveira da Cunha Cavalcanti, inscrito na OAB/DF com o nº 8.997.

Evidentemente, essa comunicação processual permite inferir que foi prolatada sentença em data anterior. Assim não fosse, não haveria recurso recebido e arrazado. Tampouco faria sentido instar a defesa para impugná-lo.

O advogado Ronaldo Oliveira da Cunha Cavalcanti retirou os autos com carga no cartório em 06/05/2009, conforme termo de fl. 87. Devolveu-os com contrarrazões de apelação em nome dos dois réus em 15/05/2009 no Protocolo Integrado do Setor Comercial Sul, consoante registro mecânico grafado na petição de fl. 88.

(...)

RHC 117752 / DF

No pedido, os causídicos requereram expressamente “a MANUTENÇÃO DA R. DECISÃO MONOCRÁTICA”. (fl. 101). Nenhuma afirmação ou ressalva fizeram sobre a falta de intimação pessoal dos réus a respeito da sentença absolutória.

Recebidos os autos no cartório apenas com a petição de contrarrazões de apelação dos réus, foi certificado o trânsito em julgado da sentença de fls. 237/241 (fls. 62/66 destes autos) para a defesa dos acusados pela ausência de recurso em 11/05/2009, de acordo com a certidão de fl. 102.

(...)

Consta do termo de audiência de fl. 341 que o advogado Ronaldo Oliveira da Cunha Cavalcanti atuou na defesa de ambos réus. Na ocasião, comprometeu-se a apresentar o instrumento de mandato. Para este mesmo causídico foi substabelecido, com reserva, os poderes conferidos ao patrono Jonas F. Fontenele de Carvalho para atuar na defesa do paciente E.D.M. Posteriormente, no termo de audiência de fl. 385, este advogado também substabeleceu para aquele, com reserva, os poderes conferidos para defender o correu J.M.R. Ambos causídicos compareceram na audiência constante do termo de fl. 402 na defesa do paciente e do correu.

Na audiência realizada em 29/11/2007, o advogado Gesualdo Arrobas Mancini, inscrito na OAB/DF com o nº 14.838 fez a defesa do correu J.M.R. e o advogado Jonas Filho Fontenele de Carvalho atuou na defesa do paciente E.D.M. (fl. 413).

Na intimação da defesa para alegações finais, constou, segundo a certidão de publicação de pauta de fl. 42, o nome dos advogados Jonas Filho Fontenele de Carvalho e Ronaldo Oliveira da Cunha Cavalcanti. Todavia foi o advogado Gesualdo Arrobas Mancini quem fez carga dos autos para atender a essa finalidade, conforme o termo de fl. 43.

As alegações finais do paciente e do correu J.R.M. foram apresentadas em petição conjunta assinada pelos advogados Jonas Filho Fontenele de Carvalho e Ronaldo Oliveira da Cunha Cavalcanti (fls. 44/58).

Fiz essa detalhada demonstração apenas para expor que o paciente, assim como o correu, sempre foram defendidos pelos advogados Jonas filho Fontenele de Carvalho, Ronaldo Oliveira da

RHC 117752 / DF

Cunha Cavalcanti e Gesualdo Arrobas Mancini, separada ou conjuntamente.

(...)

Efetivamente, a carga feita pelo advogado Ronaldo Oliveira da Cunha Cavalcanti após a prolação da sentença, para o oferecimento de contrarrazões, propiciou à defesa do paciente e do correu o conhecimento irrestrito do decreto absolutório e sua fundamentação. Caso dele discordassem, poderiam ter apresentado recurso. Não o fizeram, segundo a afirmação grafada pela defesa nas contrarrazões, por se conformarem com os fundamentos e o dispositivo da absolvição.

(...)

A falta de publicação da sentença absolutória na imprensa oficial não constitui motivo para anular a certidão de trânsito em julgado para a defesa. A publicidade do ato já ocorrera antes em cartório, consoante a certidão de fl. 67. Posteriormente, dela ficou intimada a defesa do paciente e do correu, com a carga feita por um dos patronos constituídos (fl. 87). Aliás, a incidência do Princípio da Instrumentalidade das Formas no caso concreto demonstra que a finalidade foi atingida de modo idôneo e legítimo.

(...)

Demonstrado que os advogados do paciente e do correu tiveram carga dos autos logo depois da publicação da sentença em cartório para oferecimento de contrarrazões e pelo prazo inerente à prática deste ato processual, não se pode ter como nula certidão de trânsito em julgado para a defesa dos acusados, expedida logo depois do recebimento dos autos em cartório sem recurso contra a sentença de absolvição”.

De seu turno, o Superior Tribunal de Justiça decidiu em conformidade com a jurisprudência dominante daquela Corte, que “a intimação pessoal do acusado é indispensável apenas sobre o teor da sentença condenatória proferida no primeiro grau de jurisdição, obrigatoriedade que não se verifica com relação aos acórdãos proferidos pelos Tribunais pátrios, cuja publicidade se satisfaz com a publicação do seu teor na Imprensa Oficial em nome do defensor do acusado, ou mediante intimação pessoal, caso se trate de defensor público ou dativo”.

Colho os elucidativos trechos do voto condutor do acórdão:

RHC 117752 / DF

“Este entendimento privilegia o exercício da ampla defesa constitucionalmente garantida, no seu corolário do acesso ao duplo grau de jurisdição, uma vez que no próprio ato de intimação pessoal o acusado, mormente quando responde ao processo preso, pode manifestar a sua intenção de se utilizar das vias recursais ordinárias para se insurgir contra o édito repressivo, seja buscando a sua absolvição ou a redução da reprimenda que lhe foi imposta.

Não faz sentido, entretando, que a mesma providência seja dispensada nas hipóteses nas quais a persecutio criminis in iudicio culmina na prolação de uma sentença absolutória, pois esta decisão resguarda o direito de locomoção do acusado (artigo 386, parágrafo único, inciso I, do Código de Processo Penal), ainda que momentaneamente, sendo-lhe possível, então, refletir com mais tranquilidade, na plenitude do seu status libertatis, sobre o interesse de eventualmente se insurgir contra os fundamentos da absolvição. Nestas situações, basta que se dê publicidade ao ato jurisdicional pelos meios ordinários de comunicação.

Tal conclusão é reforçada pelo disposto nos incisos do artigo 392 do Estatuto Processual Penal, embora o caput não faça referência específica à sentença condenatória. É que, como ressaltado alhures, consectário de um édito absolutório é a expedição de alvará de soltura, caso o acusado responda ao processo preso, ou a cessação de eventual medida cautelar aplicada, razão pela qual não haveria incidência nenhuma das hipóteses de intimação da sentença ali previstas”.

As regras para intimação da sentença, constantes do art. 392 do Código de Processo Penal, assim dispõem sobre a intimação pessoal do acusado:

“Art. 392. A intimação da sentença será feita:

I- ao réu, pessoalmente, se estiver preso;

II- ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança”.

RHC 117752 / DF

A Corte Superior, em interpretação sistemática, compreende dispensável a intimação pessoal do acusado com defensor constituído nos casos em que exarada sentença absolutória ou condenatória pelo Juízo de segundo grau de jurisdição.

A essência do processo penal consiste em permitir ao acusado o direito de defesa. Tão grande a importância desse direito, que muitos, no passado, o reputaram acima do próprio Direito Positivo, nele vislumbrando raízes religiosas. Ilustrativamente, destaco o conhecido debate entre os canonistas e glosadores medievais que vislumbraram fundamento do direito de defesa no próprio Gênesis, quando Deus oportunizou a Adão o direito de defesa após o pecado original. Se até mesmo Deus, onipotente e onisciente, garantiu defesa a Adão, então o direito estava fundado na lei divina, extraindo-se do episódio a conclusão que nem mesmo o príncipe, o legislador positivo da época, poderia suprimi-lo (sobre o tema PENNINGTON, Kenneth. *The Prince and the Law: 1200-1600: Sovereign and rights in the Western Legal Tradition*. Berkeley: University of California Press, 1993).

Como consectário, essencial à validade do processo penal oportunizar defesa mediante citação, contraditório, direito de produção de provas e direito de confrontar as provas da Acusação. Nenhuma pessoa poderá sofrer prejuízo aos próprios interesses sem a efetiva celebração de um processo justo (Giulio Ubertis. *Principi di procedura penale europea: le regole del giusto processo*. Milano: Raffaello Cortina, 2000. p. 7-8).

É possível dizer-se que os princípios mínimos de configuração de um processo justo são a presença de julgador independente e imparcial, definido por lei, o qual profira decisão em prazo razoável, em julgamento contraditório e, de regra, público, respeitadas as garantias de presunção de inocência e inviolabilidade da defesa.

No caso dos autos, foi prolatada sentença absolutória, enfatizo, e contava, o ora Recorrente, com advogado constituído. Comungo com a tese firmada pela Corte Superior de Justiça de que suficiente para o pleno exercício do direito de defesa a intimação do decreto absolutório por

RHC 117752 / DF

publicação no diário oficial. E, a despeito do equívoco consistente na falta de publicação da sentença absolutória na imprensa oficial, reputo-o absolutamente superável, para o fim proposto, **dada a oportuna e inequívoca ciência do teor do *decisum* pelo defensor constituído.**

É que a Defesa teve conhecimento, ao ser intimada para apresentar contrarrazões, da sentença absolutória, tanto que formulou, na resposta ao recurso ministerial, **pedido de manutenção da sentença absolutória**, sem apontar a suscitada irregularidade na comunicação da sentença ou fazer alusão acerca do interesse recursal na interposição de recurso, advindo dos possíveis efeitos civis da absolvição embasada no art. 386, III, do Código de Processo Penal.

De se reconhecer, por isso, que a tese encampada pela Defesa diverge da realidade processual, além de demandar incursão em matéria já alcançada pela preclusão.

Com percuciência, o Ministério Público Federal, em sua manifestação, anotou que *“a nulidade veio a ser invocada somente em 14/07/2011, mais de dois anos após os fatos, por ocasião da impetração do habeas corpus originário”*.

Irretocáveis, nesse ponto, os fundamentos deduzidos pelo Superior Tribunal de Justiça:

“E mais, constata-se que a sentença absolutória foi publicada em cartório aos 6.4.2009 (fl. 91) e o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios foi intimado aos 15.4.2009 (fl. 92). O apelo ministerial foi interposto aos 16.4.2009 (fl. 93) e recebido aos 22.4.2009 (fl. 94), sendo certo que as respectivas razões foram protocolizadas aos 4.5.2009 (fl. 96). A intimação para a defesa contrarrazoar o apelo acusatório foi publicada na imprensa oficial aos 6.5.2009 (fl. 110), peça que foi protocolizada aos 15.5.2009 (fl. 112). Entretanto, o trânsito em julgado para a defesa somente foi certificado aos 11.5.2009 (fl. 126), ou seja, depois de decorrido o prazo previsto em lei para a interposição do recurso cabível, contado a partir da inequívoca ciência dos defensores constituídos pelo paciente acerca do teor da sentença absolutória.

O detalhamento das datas demonstra que, se fosse interesse da

RHC 117752 / DF

defesa se insurgir contra os termos do édito absolutório, esta poderia ter interposto o recurso de apelação cabível a partir do momento em que foi validamente cientificada, o que, entretanto, não ocorreu, já que os próprios defensores do paciente, nas contrarrazões recursais, se limitaram a pleitear a manutenção da sentença monocrática.”

Sem a demonstração de prejuízo ao Recorrente, incide o princípio maior que rege o tema – *pas de nullité sans grief* –, segundo o qual sem prejuízo não se reconhece a nulidade (art. 563 do Código de Processo Penal).

Em complemento, o legislador processual penal acolheu expressamente o princípio de conservação, significando que, sem prejuízo, não há que se reconhecer nulidade, ainda que se esteja diante de vício existente. É a redação do art. 566: “*Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa*”. Encontra-se na própria Exposição de Motivos do Código de Processo Penal, item XVII, a referência de que: “*não será declarada a nulidade de nenhum ato processual, quando este não haja influído concretamente na decisão da causa ou na apuração da verdade substancial. Somente em casos excepcionais é declarada insanável a nulidade*”.

Outrossim, as regras processuais penais de intimação da sentença, notadamente acerca da intimação pessoal do sentenciado, abarcam somente as decisões de primeiro grau de jurisdição, não se estendendo aos acórdãos condenatórios. A intimação das decisões dos Tribunais perfaz-se com a publicação na imprensa oficial quando houver defensor constituído, a teor do § 1º do art. 370 do Código de Processo Penal.

O entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça encontra respaldo em entendimento já esposado por esta Suprema Corte. Confirmando-se:

“Habeas corpus. Penal. Processual penal. Roubo. Intimação pessoal do réu e de seu defensor da sentença e do acórdão condenatório. Nulidade inexistente. Ausência de prejuízo. Intimação, ademais, que na segunda instância se aperfeiçoa mediante simples

RHC 117752 / DF

*intimação pela imprensa oficial. Artigo 33, § 2º, do CP. Imposição de regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso. Possibilidade desde que seja a decisão devida e concretamente fundamentada. Circunstâncias judiciais reconhecidamente favoráveis. Pena-base fixada no mínimo legal. Ausência de fundamentação apta ao agravamento do regime prisional. Habeas corpus deferido em parte. 1. Como é cediço, o princípio do pas de nullité sans grief exige a demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita o vício, independentemente da sanção prevista para o ato, pois não se declara nulidade por mera presunção. Ausência de prejuízo à defesa, que deduziu tempestivamente o recurso de apelação contra a decisão condenatória. 2. **Intimação do réu e de seu defensor do acórdão da apelação mediante publicação do dispositivo do acórdão no Diário Oficial. Ato válido. Desnecessidade de intimação pessoal do réu e do defensor constituído. Exigência só pertinente à intimação da sentença de primeiro grau.** 3. A jurisprudência desta Corte tem entendido que a fixação de regime mais severo do que aquele abstratamente imposto pelo art. 33, § 2º, do CP não se admite senão em virtude de razões concretamente demonstradas nos autos. 4. Ausência, no caso concreto, de fundamentação válida das razões de convencimento que conduziram à fixação do cumprimento da pena em regime inicialmente fechado. 5. Writ conhecido, ordem concedida em parte” (HC 101.643/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJe 30.11.2010).*

“DIREITO PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO: JULGAMENTO. ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. INTIMAÇÃO DOS RÉUS E SEU DEFENSOR PELA IMPRENSA OFICIAL: VALIDADE (ART. 370 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). EXPEDIÇÃO IMEDIATA DE MANDADO DE PRISÃO. “HABEAS CORPUS”. 1. A intimação pessoal ao réu é exigível apenas quando se trate de sentença condenatória de 1º grau (art. 392, I, do Código de Processo Penal). Não, assim, quando se cuide de acórdão, que, julgando apelações da Defesa e do Ministério Público, provê, em parte, apenas o recurso deste último, para condenar um dos réus e aumentar a condenação

RHC 117752 / DF

do outro, como ocorreu no caso. 2. A intimação do acórdão faz-se apenas pela simples publicação de sua conclusão no órgão oficial de imprensa, mencionados os nomes das partes e de seus advogados, nos termos do art. 370 do Código de Processo Penal, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 8.701, de 1º de setembro de 1993. 3. Sendo unânime o acórdão da apelação e não tendo efeito suspensivo os recursos eventualmente cabíveis (Extraordinário e Especial), a ordem de prisão poderia ter sido imediata, como foi. 4. "H.C." indeferido" (HC 75.536, Rel. Min. Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ 21.11.1997).

Compreensão diversa foi firmada no caso em que, assistido, o acusado, por defensor dativo, necessária a dupla intimação pessoal com o escopo de garantir o efetivo de direito de defesa.

"INTIMAÇÃO - ACÓRDÃO CONDENATÓRIO - DUPLICIDADE - DEFENSOR DATIVO E RÉU - AUSÊNCIA DE CUSTÓDIA. Ainda que se trate de réu em liberdade, atuando defensor dativo, incumbe a dupla intimação pessoal - do defensor e do réu. Concretude maior do disposto nos artigos 261, 263 e 392 do Código de Processo Penal, no que consagram o direito de defesa" (RHC 86.318/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio, 1ª Turma, DJ 07.4.2006).

Igualmente não há falar na necessidade de intimação pessoal do Recorrente pelo fato de ter sido assistido por advogado de sindicato da categoria profissional, a ele atribuível a escolha do defensor para acompanhar seus interesses em Juízo, diversamente do que ocorre com o defensor dativo, nomeado que é pelo juízo. O patrocínio da defesa por patrono constituído respalda, por natureza, a atuação em juízo do profissional, presente o *jus postulandi*, com a prática dos atos ínsitos à relação processual, como o recebimento de intimação e a interposição de recursos.

Inexiste, também, o cerceio do direito de defesa pela publicação no Diário da Justiça em nome de advogado com poderes substabelecidos,

RHC 117752 / DF

porquanto devidamente habilitado para o recebimento das intimações e acompanhamento processual.

De fato, o substabelecimento – com reserva - de poderes conferidos originariamente ao patrono constituído e a falta de pedido expreso para intimação exclusiva conferem legitimidade ao ato de comunicação.

Nesse diapasão, o Superior Tribunal de Justiça enfatizou, *verbis*:

“1. O fato da defesa ter sido exercida por advogados indicados pelo sindicato da categoria profissional não tem o condão de equipará-los aos defensores dativos, pois estes são nomeados em juízo quando o acusado declara que não possui patrono constituído, para que se garanta a indispensável defesa técnica.

2. Os patronos do paciente foram constituídos de acordo com a livre vontade deste, e exerceram os seus ofícios a contento, sustentando as teses que, dentro de uma infinidade de alegações possíveis, lhes pareciam mais condizentes com as necessidades defensivas.

(...)

1. Embora as intimações acerca dos atos do processo tenham sido dirigidas, na sua maioria, ao advogado originariamente constituído, não acarreta nulidade a intimação feita a outro patrono com igual poderes no exercício da defesa do paciente, mormente na ausência de notícia de eventual requerimento para que as intimações fossem realizadas apenas em nome de um deles”.

Além do que, contra o acórdão condenatório publicado na imprensa oficial, manejou a Defesa recursos especial e extraordinário, com o efetivo exercício do direito de defesa.

Por derradeiro, convém registrar que eventual falha na certificação do trânsito em julgado da sentença absolutória em nada repercutiu no caso em apreço.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

É como voto.

01/04/2014

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu estou acompanhando a eminente Relatora, Presidente, também louvando o esforço do Advogado, a sustentação articulada, veemente, mas puramente de fato, matéria que nós, infelizmente, não podemos revolver.

01/04/2014

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752 DISTRITO FEDERAL

VISTA

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Presidente, eu confesso a Vossa Excelência que eu fiquei muito impressionado com os argumentos utilizados da tribuna. E as consequências desse resultado judicial foram gravíssimas: perda da função pública de um policial que já tem tanto anos.

Eu gostaria de analisar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) – Essa matéria foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não. E o que é pior? Mas ela não vai nem poder ser, porque o REsp e o RE foram inadmitidos, e ele perdeu nos agravos. É última palavra do Judiciário.

Eu gostaria de analisar isso. Vou pedir vista.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

RECTE.(S) : ESTANISLAU DANTAS MONTENEGRO

ADV.(A/S) : RENATO OLIVEIRA RAMOS E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Após os votos da Senhora Ministra Rosa Weber, relatora, e do Senhor Ministro Roberto Barroso, que negavam provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, pediu vista do processo o Senhor Ministro Luiz Fux. Falou o Dr. Thiago Machado, pelo recorrente. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 1º.4.2014.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma

24/03/2015

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752 DISTRITO FEDERAL

ADIAMENTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE E RELATORA) – Consta da papeleta:

“Após os votos da Senhora Ministra Rosa Weber, relatora, e do Senhor Ministro Roberto Barroso, que negavam provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, pediu vista do processo o Senhor Ministro Luiz Fux.”

Neste caso, houve sustentação oral naquela oportunidade.

O eminente Ministro Fux, ao examinar os autos, constatou a sua suspeição, declarou-a e encaminhou os autos ao meu gabinete. Eu então trouxe o feito nesta data para colher o voto de Vossa Excelência, Ministro Marco Aurélio, que ainda não votou. O Ministro Luís Roberto me havia acompanhado.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Com a suspeição do Ministro, não há *quorum* para a continuidade.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE E RELATORA) – O Ministro Luís Roberto já votou, comigo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Sim, mas não está presente.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE E RELATORA) – Então deixamos para a próxima sessão. Fica adiado para a próxima sessão.

Vossa Excelência, como sempre, com razão, Ministro Marco Aurélio, ao ponderar esse aspecto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

RECTE.(S) : ESTANISLAU DANTAS MONTENEGRO

ADV.(A/S) : RENATO OLIVEIRA RAMOS E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Após os votos da Senhora Ministra Rosa Weber, relatora, e do Senhor Ministro Roberto Barroso, que negavam provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, pediu vista do processo o Senhor Ministro Luiz Fux. Falou o Dr. Thiago Machado, pelo recorrente. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 1º.4.2014.

Decisão: A Turma adiou o julgamento do processo. Unânime. Afirmou suspeição o Senhor Ministro Luiz Fux. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Roberto Barroso. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 24.3.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio e Luiz Fux. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Roberto Barroso.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Déborah Duprat.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma

07/04/2015

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, no caso, discute-se a necessidade ou não de intimação pessoal do acusado, do réu? É apenas isso?

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE E RELATORA) - Se Vossa Excelência me permite, apenas para reavivar, como Relatora, eu faço a leitura da ementa. Parece-me que vai retratar bem a situação. Digo eu:

"A intimação de sentença absolutória se aperfeiçoa com a intimação do advogado constituído por publicação na imprensa oficial."

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Para mim, é o suficiente, Presidente, porque o Código de Processo Penal distingue: em se tratando de réu preso, deve haver a intimação do causídico e também dele próprio; no caso de réu solto, não, sendo suficiente a da defesa técnica.

Vossa Excelência frisou que a sentença foi no sentido da absolvição. Não se devia ter, àquela altura, evidentemente, réu preso.

Por isso, acompanho-a.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 117.752

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

RECTE.(S) : ESTANISLAU DANTAS MONTENEGRO

ADV.(A/S) : RENATO OLIVEIRA RAMOS E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Após os votos da Senhora Ministra Rosa Weber, relatora, e do Senhor Ministro Roberto Barroso, que negavam provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, pediu vista do processo o Senhor Ministro Luiz Fux. Falou o Dr. Thiago Machado, pelo recorrente. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 1º.4.2014.

Decisão: A Turma adiou o julgamento do processo. Unânime. Afirmou suspeição o Senhor Ministro Luiz Fux. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Roberto Barroso. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 24.3.2015.

Decisão: A Turma negou provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Afirmou suspeição o Senhor Ministro Luiz Fux. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 7.4.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Roberto Barroso. Compareceu o Senhor Ministro Dias Toffoli para julgar processos a ele vinculados.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma